

NOTAS SOBRE A MEMÓRIA: IDENTIDADE E PARTICIPAÇÃO NA PSICOLOGIA SOCIAL

Shirley de Lima Ferreira Arantes¹

Resumo

O artigo apresenta uma revisão narrativa (ROTHER, 2007) buscando articular as categorias psicossociais Memória, Identidade e Participação, no âmbito dos processos grupais. No vasto campo de produção da Psicologia Social, delimita-se às contribuições de três importantes autores, Sílvia Lane (1984; 2002) e Martín-Baró (1989), de orientação materialista e dialética, e também Ecléa Bosi (2004; 2006), que se insere em uma perspectiva humanista e fenomenológica. Mostra-se que o diálogo entre as diferentes abordagens é enriquecedor, pois, com suas especificidades, esses autores, pilares da construção de uma Psicologia Social crítica, Latino-Americana, corroboram a centralidade do trabalho na sociedade de classes para a constituição subjetiva, compartilhando o objetivo de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e solidária, contra a exploração e a miséria social, destacando a participação nos processos grupais como lugares de resistência e produção identitária contra o assujeitamento, o apagamento da memória e a manipulação das subjetividades.

¹ Doutora em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social pelo Programa EICOS do Instituto de Psicologia da UFRJ. Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG. Graduação em Formação de Psicólogo pela UFSJ. Professora Adjunta de Psicologia da Educação na UEMG/Unidade Ibirité. shirley.ferreira@uemg.br.

Palavras-chave

Memória; Identidade; Participação; Processo Grupal; Psicologia Social.

Recebido em: 20/08/2020

Aprovado em: 15/12/2020

NOTES ABOUT MEMORY: IDENTITY AND PARTICIPATION IN SOCIAL PSYCHOLOGY

Abstract

The article presents a narrative review (ROTHER, 2007) that aimed to articulate the psychosocial categories Memory, Identity and Participation, within the scope of group processes. In the vast field of production of Social Psychology, it is limited to the contributions of three important authors, Sílvia Lane (1984; 2002) and Martín-Baró (1989), of materialistic and dialectic orientation, and also Ecléa Bosi (2004; 2006), who inserts in a humanistic and phenomenological perspective. It is shown that the dialogue between the different approaches is enriching, because, with their specificities, these authors, pillars of the construction of a critical Social Psychology, Latin American, corroborate the centrality of work in class society for the subjective constitution, sharing the objective of contributing to the construction of a more just and solidary society, against exploitation and social misery, highlighting participation in group processes as places of resistance and production identity against subjugation, the erasure of memory and the manipulation of subjectivities.

Keywords

Memory; Identity; Participation; Group Process; Social Psychology.

INTRODUÇÃO

Esse trabalho apresenta uma revisão narrativa (ROTHER, 2007) procurando articular as categorias psicossociais Memória, Identidade e Participação. Esses dispositivos analíticos, ou conceitos, são estruturantes no campo da Psicologia Social e Comunitária, e estão em permanente construção, sendo eles fundamentais para a compreensão dos processos grupais e dos fenômenos psicossociais que possibilitam e determinam a existência humana, corroborando também com as lutas pelos direitos das populações. Acompanhamos Carbonari (2007, p.177) ao pressupor que os direitos, e o sujeito de direitos, “não nascem de fora da relação; nascem do âmago do ser com os outros, nascem do chão duro das interações conflituosas que marcam a convivência. Mais do que para regular, servem para gerar possibilidades emancipatórias”.

A investigação parte do conceito de Memória, e em seguida se concentra nas proposições de três importantes autores da Psicologia Social: Sílvia Lane (1984; 2002), Martín-Baró (1989) e Ecléa Bosi (2004; 2006). Esses autores são verdadeiros pilares da construção de uma abordagem crítica Latino-Americana, que mesmo caminhando por trilhas epistemológicas diferentes, uma vez que os dois primeiros autores são de orientação materialista e dialética, enquanto Ecléa Bosi se insere em uma perspectiva humanista e fenomenológica, compartilham o objetivo de contribuir para a construção de uma Psicologia eticamente orientada para a construção de uma sociedade mais justa e solidária, confrontando problemas comuns da realidade objetiva, subjetiva, intersubjetiva e transubjetiva como o combate à exploração e à miséria, à intolerância, diversas formas de violência e exclusão social. Camino e Ismael (2003) nos recordam que o racismo e a homofobia são a “vertente subjetiva de processos objetivos e históricos de discriminação, não de sua causa” (p.188).

Por conseguinte, aquelas abordagens que se ocupam da construção do laço social na nossa condição humana podem favorecer uma existência cidadã. Vieira-Silva (2003) abordou as implicações da afetividade e da identidade

grupais nas estratégias de construção da cidadania. O autor enfatiza o caráter dinâmico e histórico dessa concepção e nos recorda “dos anos da ditadura, em que não fazia sentido pensar em cidadania como direitos, mas como conquistas a serem buscadas” (p.203). Desse modo, à Psicologia socialmente comprometida, “Não nos interessa uma cidadania tutelada ou assistida pelo Estado e pelos poderes públicos, sem a perspectiva de emancipação dos indivíduos e dos grupos sociais” (p.203).

Desse modo, contra a banalização das múltiplas formas de violência e exclusão social, importa compreender as relações entre a subjetividade, a constituição do sujeito e a ação transformadora sobre a realidade, fortalecendo o compromisso social da Psicologia.

O presente artigo caminha por essas veredas. Ao tomar por objeto a memória, a identidade e a participação busca seu enraizamento no acontecer grupal e comunitário. Destaca a potência de uma existência social calcada no reconhecimento ético da condição humana, na articulação das esferas individuais e coletivas que sustentam o direito a ter direitos.

No contexto original em que tal discussão foi ensejada, abordou-se a transmissão intergeracional dos saberes e das tradições congadeiras, e os desafios que envolvem a participação dos mais jovens (FERREIRA, 2008; 2011). Foi possível indicar, dentre outros aspectos, a importância atribuída pelas famílias que participaram da pesquisa à educação formal para o trabalho coletivo de migração de classe e delineamento de trajetórias sociais ascendentes. Sobretudo, foi possível evidenciar, para os congadeiros, a importância da participação nos pequenos grupos de pertencimento, tradição, educação e fé, enquanto lugares de resistência e produção identitária contra o assujeitamento e o apagamento da memória.

Mais de dez anos depois, frente ao cenário atual que estamos vivendo, de silenciamento e de extermínio de povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas, de desvalorização das tradições religiosas e culturais, de cerceamento da palavra docente na escola, de ataques à universidade pública e à ciência brasileira, de manifestações explícitas de múltiplas formas de racismo, intolerância e violência de gênero, nos parece relevante retomarmos esse texto, de modo a

contribuir para a disseminação dos fundamentos teóricos e epistemológicos que fortalecem uma perspectiva crítica e emancipadora da Psicologia em interface com os diferentes campos das ciências humanas e da existência social, compondo um projeto político de educação, resistência e democratização dos saberes populares e científicos.

Frente à riqueza dos debates que podem ser construídos em torno das profícuas contribuições dos trabalhos de Lane, Bosi e Baró, novos diálogos e pontos de intersecção, o escopo dessa apresentação tem limites bastante definidos no sentido de evidenciar alguns elementos de suas concepções teóricas para a tríade em tela – Memória, Identidade e Participação. Esses conceitos, dispositivos teóricos, ou categorias psicossociais; são úteis e necessários à compreensão e explicação da realidade objetiva e das configurações subjetivas engendradas no contexto histórico da conjuntura social mais ampla, estruturando também os processos de intervenção psicossocial, análise do processo grupal e institucional e organização dos movimentos sociais. De definição diversa e complexa, são problematizados por autores de diversas áreas das ciências humanas, nos campos da educação, da saúde, de variadas correntes antropológicas, sociológicas e da psicologia.

Nosso ponto de partida e fio condutor são os estudos da Memória. Antes, porém, conheceremos um pouco mais sobre as trajetórias biográficas dos principais autores focados no texto e seu compromisso ético com a Psicologia.

Ecléa Bosi (1936-2017), a cultura popular e o trabalho da memória

Nascida em São Paulo, foi professora emérita e titular do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho na Universidade de São Paulo (USP). Referência notável no campo dos estudos sobre a memória oral, enraizamento, cultura popular e cultura de massas, foi também responsável pela divulgação da obra de Simone Weil no Brasil. Sua produção “foi eticamente orientada pela aproximação da academia com a realidade de segmentos oprimidos” (ABRAPSO, 06/08/2017). Ao longo de sua importante trajetória na Psicologia, recebeu diversos prêmios e homenagens por suas obras e biografia.

Editada pela primeira vez em 1979, a tese de livre docência da autora “Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos”, figura como “obra-prima da psicologia social e das ciências humanas” (OLIVEIRA, 2008, p.51), onde Ecléa Bosi “inaugura uma nova proposta metodológica, alinhando teoria e empirismo a cada momento de sua reflexão, [...] propõe um novo modo de fazer ciência, em que a escrita poética se faz presente”. Nesse trabalho, de modo singular e tocante, Ecléa Bosi revisita a história da cidade de São Paulo a partir da memória social de oito idosos, com os quais realizou entrevistas. Para a autora, pesquisador e pesquisado devem constituir uma verdadeira *comunidade de destino*, de modo a superar, por meio da empatia e da construção de um vínculo verdadeiro que ultrapasse a situação imediata da entrevista, a violência inerente à dissimetria nas posições de poder que envolvem pesquisador e pesquisado.

Nas palavras de Marilena Chauí (2008, p.15), o trabalho de Bosi envolve “a relação entre teoria, método e técnicas de pesquisa e militância social, política e cultural, a partir da definição da psicologia como fenomenologia dos atos expressivos e da relação de amizade entre o pesquisador e o pesquisado como pessoa”.

Sílvia Tatiana Maurer Lane (1933-2006), a construção de uma Psicologia Social Brasileira

Nascida em São Paulo, trabalhou ativamente pela consolidação da Psicologia Social no Brasil, sendo responsável pela proposta de criação da Associação Brasileira de Psicologia Social, a ABRAPSO, em 1980, a qual presidiu até 1983. Inquieta com a produção de uma “Psicologia emancipadora e comprometida com a qualidade de vida do ser humano” (VIEIRA-SILVA, 2006, p. 2), dedicou-se à transformação das condições adversas vividas pela sociedade brasileira e Latino-Americana, sobretudo a realidade psicossocial dos segmentos mais empobrecidos.

Foi precursora da Psicologia Comunitária e propôs uma perspectiva teórica que se tornou conhecida e respeitada nacional e internacionalmente. A

Psicologia crítica sócio-histórica, que considera a dialética sócio-cultural como constitutiva do ser humano, enfatiza a força transformadora e criadora da consciência; uma ética do conhecimento (CAMPOS; GUEDES; 2006; VIEIRA-SILVA, 2006). No decorrer de suas experiências de ensino, atividades de pesquisa e extensão, Lane (1984) formulou a concepção de *processo grupal*, instituindo a possibilidade de um deslocamento fundamental na abordagem psicológica aos grupos humanos.

Neste sentido, o grupo é “condição necessária para conhecer as determinações sociais que agem sobre o indivíduo, bem como a sua ação como sujeito histórico, partindo do pressuposto que toda ação transformadora da sociedade só pode ocorrer quando indivíduos se agrupam” (p. 78).

Lane recebeu diversos prêmios e homenagens ao longo de sua importante trajetória, em que estabeleceu parcerias e construiu pontes. Devido à sua vasta influência na Psicologia Social Brasileira, seus trabalhos estão presentes nas bibliografias obrigatórias dos cursos de Psicologia.

Segundo Campos e Guedes (2006, p. 158), a proposta de Lane “De inspiração marxiana e de mãos dadas com a Psicologia da Libertação de Martin-Baró, [...] baseia-se na indissociabilidade entre a teoria, a metodologia e a prática transformadora”. Martin-Baró foi companheiro da autora na luta pela construção de “uma Psicologia Social Crítica e por uma sociedade justa, e Lane incorpora em seus estudos e práticas as reflexões desse autor, principalmente as discussões sobre poder” (MARTINS, 2007, p. 79).

Ignácio Martín-Baró (1942-1989) e a Psicologia da Libertação

Nascido em Espanha, Martin-Baró viveu em El Salvador “uma realidade marcada pela desigualdade, injustiça, governos autoritários, guerra civil e com más condições materiais de realizações das aspirações da população” (OLIVEIRA; GUZZO, 2003, p. 1). Foi jesuíta, teólogo e psicólogo social, tragicamente assassinado aos 47 anos pela Ditadura salvadorenha após sucessivos atentados em 1989, junto a outros companheiros de luta, dentro da

Universidad Centroamericana José Simeón Cañas (UCA) onde era vice-reitor acadêmico.

Comprometido politicamente com a população mais pobre, atuou e publicou vários trabalhos sobre o povo latino-americano em que se reconhece lado a lado à proposta da Psicologia da Libertação, uma ética da libertação. Importa compreender os processos práticos de conversão do sofrimento padecido como algo pessoal em coletivo, socialmente compartilhado, com vistas à sua resolução por meio de um papel ativo (MARTINS, 2003). Essa posição é imprescindível para a historicidade dos atos violentos e o combate aos efeitos psicossociais da violência; a desumanização e o empobrecimento das relações humanas (MARTINS; LACERDA Jr., 2014).

Assim, Martín-Baró (1989) nos conduz ao exame dos fenômenos grupais no interior da história de uma forma dialética. O referente básico da análise psicossocial “*no está en la materialidad de las acciones en si, sino en su incardinación en procesos e intereses sociales más amplios*” (p. 205). Portanto, deve: 1) considerar que o grupo é um lugar privilegiado onde o pessoal conflui com o social e o social se individualiza; 2) incluir os pequenos e os grandes grupos; 3) referenciar o grupo em suas contingências concretas e ao processo social que o tem configurado.

Martín-Baró (1989) evidencia que a identidade, o poder e a significação social da atividade do grupo, configuram uma tríade analítica do processo grupal, empiricamente observável. Sua obra compartilha a concepção de Lane acerca da vivência subjetiva e da realidade objetiva como níveis diferenciados, mas intrinsecamente relacionados à existência social (MARTINS, 2003).

O autor é considerado “um dos pioneiros das concepções críticas de Psicologia Política que emergiram na América Latina ao longo do último quarto do século XX, sobre a violência” (MARTINS; LACERDA JR., 2014, p.569). No entanto, Lacerda Jr. (2017) evidencia que, ao contrário das autoras anteriormente abordadas, a obra de Martín-Baró ainda não está amplamente difundida no Brasil, alcançando visibilidade somente em alguns campos específicos da Psicologia Social e Comunitária e da Psicologia Política: “sua obra é marginal nos cursos de graduação e pós-graduação em Psicologia. Da mesma

forma, há poucos textos do autor e quase todos foram publicados há menos de 10 anos” (p. 14).

Desse modo, o presente trabalho se alinha a um movimento mais amplo e crescente que busca a difusão da obra de autor, tão relevante para a construção de uma Psicologia implicada em um projeto político que não pode ser reduzido a meros academicismos, mas verdadeiramente emancipadora e comprometida socialmente.

Assim como Sílvia Lane (1984), Martín-Baró se refere ao processo grupal, que relaciona as dimensões pessoal e estrutural, e não a “grupo ou dinâmica de grupo. Não se trata apenas de diferença na denominação, mas uma diferença profunda no fenômeno estudado” (MARTINS, 2003, p. 203). No ensejo, vamos conhecer um pouco da abordagem do autor ao processo grupal.

O grupo humano na perspectiva da Psicologia da Libertação

Em *Sistema, Grupo y Poder*, Martín-Baró (1989), a partir de uma análise crítica sobre as teorias grupais, considera que, tal como tomada pelas ciências humanas, a questão da realidade dos grupos pode ser expressa de modo paradigmático pela teoria de espaço topológico e sistema de forças de Kurt Lewin, e também pela teoria psicanalítica sobre as origens do social, os fundamentos do eu e do comportamento das massas de Sigmund Freud.

Na interpretação de Baró (1989), seguindo os tipos de solidariedade propostos por Durkheim, a proposta de Lewin corresponde ao modelo de solidariedade orgânica, por acentuar a questão dos vínculos e da dependência funcional dos membros do grupo entre si, enquanto Freud, ao enfatizar o caráter comum entre os membros que compartilham os mesmos objetivos, seria modelo de solidariedade mecânica. Para o autor, a questão do dinamismo grupal não é plenamente respondida por Lewin e Freud. Em Lewin surge da evolução e das trocas nos sistemas de forças no interior do grupo e, para Freud, deve seu fundamento à questão das identificações individuais e coletivas que se assentam sobre uma constante atualização do conflito edípico, interdito

fundante da cultura, e identificação com o chefe do grupo e relações inconscientes ambivalentes.

Nessas concepções Martín-Baró (1989) observa: a) a parcialidade dos paradigmas predominantes, ou seja, o perigo reducionista de considerar que os macro-grupos não são mais que a reprodução em maior escala dos pequenos grupos; b) a perspectiva individualista; c) o a-historicismo, colocando a Psicologia a serviço dos interesses sociais das classes dominantes.

Na Psicologia da Libertação de Martín-Baró (1989), a *práxis* está orientada para a transformação social. Os parâmetros objetivos para a análise e compreensão dos fenômenos grupais envolvem a estrutura dos vínculos intergrupais: i) a *identidade do grupo*, empiricamente operacionalizada, observando-se: a) sua formalização organizativa – seu nome, estrutura interna, regras, distribuição de tarefas, normas e critérios, implícitos e/ou explícitos, que codificam as condições de pertença e de exclusão, as ações e atributos de seus membros; b) suas relações com outros grupos, pois a existência objetiva do grupo não é fator causal de uma consciência que ‘ajuste’ sua identidade e sua ação aos interesses sociais da classe social a que historicamente corresponde; c) a consciência de pertença dos membros ao grupo – a consciência que os membros têm do grupo e o que o grupo representa para eles, representação indissociável da interação intergrupar, ou seja, o lugar que outros grupos outorgam a este grupo; ii) o *poder* – que o grupo dispõe em suas relações com os demais grupos – que não é um dado abstrato, mas uma realidade concreta, empiricamente observável; iii) a *atividade* grupal e seu significado social.

O grupo surge na dialética intergrupar historicamente engendrada em cada sociedade. As relações de um grupo com outros grupos são processos históricos concretos através dos quais se configura e se mantém a identidade de cada grupo humano. Estes vínculos podem ser formais ou informais, negativos e positivos, de cooperação ou rivalidade, dominação, resistência ou subordinação. Sobretudo, a característica mais definitiva da identidade objetiva de um grupo provém de sua conexão, explícita ou implícita com as exigências, necessidades e interesses de uma classe social aos quais dá mediação concreta em uma determinada situação e circunstância histórica. Porém, há grupos com uma

identidade contraditória, formados por membros de uma classe social que canalizam contra si mesmos os interesses das classes opostas (MARTÍN-BARÓ, 1989).

Não obstante, a consciência de pertença do sujeito ao grupo, deve ser diferenciada do seu pertencimento objetivo, um fato observável e não necessariamente consciente e convergente: *“Pertener a un país, a una raza, a una familia, a una clase social, no es algo que, en principio, quede al arbitrio de la conciencia, al conocimiento e incluso a la volición de cada individuo; es algo determinado objetivamente”* (MARTÍN-BARÓ, 1989, p. 13).

De modo correlato, o poder não é objeto ou coisa quantitativamente mensurável, tampouco é um dado abstrato, pois aparece de forma concreta nas relações sociais, por meio da posse de recursos materiais, culturais e pessoais. Segundo Martín-Baró (1898, p. 216): *“no se puede decir que exista una equiparabilidad de recursos sino que unos recursos posibilitan en forma más universal que otros el poder de aquellos grupos que los controlan”*. A carência de recursos implica para o grupo menor poder e maior dificuldade no alcance dos seus objetivos, situação em que tende a concentrar-se em uma dinâmica intragrupal.

Identidade, poder e atividade são os três parâmetros essenciais para a definição da natureza de um determinado grupo, que surge quando há confluência de interesses e várias pessoas unem-se para concretizá-los em uma circunstância histórica. A consciência desta exigência possibilita a cristalização grupal, tanto se corresponde aos interesses reais dos indivíduos ou a uma falsa consciência induzida por um estado de alienação social (MARTÍN-BARÓ, 1989).

Enquanto o surgimento dos grupos depende, em alguma medida, da consciência social, sua sobrevivência está diretamente relacionada ao poder que obtenha nas relações com outros grupos, concretizado em uma estrutura organizativa que possibilite a satisfação sistemática dos seus interesses por meio de uma atividade efetiva e concreta na sociedade (MARTÍN-BARÓ, 1989).

Desse modo, identidade, poder e atividade são aspectos dinâmicos e interligados, em disputa nas relações cotidianas dos grupos entre si, e, não necessariamente promoverão a homogeneização dos valores e das práticas

sociais, pois não são fenômenos automáticos. A pertença objetiva e subjetiva e a participação nos grupos são aspectos imprescindíveis para a compreensão da construção identitária. Nas palavras de Ecléa Bosi (2004, p.16): “Do vínculo com o passado se extrai a força para formação de identidade”. Essa *demarché* é importante para que possamos apreender a discussão sobre a Memória Social, a seguir.

Memória: Identidade e Participação

Sá (2005, p. 65) argumenta que apesar da dispersão disciplinar, temática, teórica e metodológica dos estudos no campo da memória social “alguma unidade básica e genérica pode ser nele encontrada”, a saber, a proposição comum de que a memória é uma construção, uma “construção social da realidade”.

Na leitura de Schmidt e Mahfoud (1993, p. 291), o conceito de “memória coletiva” de Maurice Halbwachs pode ser definido como o “trabalho que um determinado grupo social realiza, articulando e localizando as lembranças em quadros sociais comuns”. O sentimento de pertença do sujeito ao grupo desempenha um papel fundamental na construção da memória, cujos conteúdos são articulados individualmente pela pessoa, “que se lembra e se esquece”.

Desse modo, apego afetivo, desapego, lembrança e esquecimento, são frutos de um processo coletivo, inseridos num contexto social específico, de interação e comunicação. Isto nos permite entrever como “determinações socioculturais operam na construção da memória, através da modelação de interesses, afetos e sentimentos em um dado conjunto social” (SÁ, 2005, p. 69).

É o sujeito socialmente constituído que recorda. Nas palavras de Marilena Chauí, (BOSI, 2006, p. 31) lemos que: “o modo de lembrar é individual tanto quanto social: o grupo transmite, retém e reforça as lembranças, mas o recordador, ao trabalhá-las, vai paulatinamente individualizando a memória comunitária”. O passado “qualitativamente trabalhado pelo sujeito” (BOSI, 2006, p. 68), é, portanto, determinado por crenças e valores que reproduzem e mantêm as diferenciações sociais. Assim, a memória está fundamentada na

distribuição social do conhecimento e na divisão social do trabalho. Por essa razão, Halbwachs se dedica ao estudo dos “quadros sociais da memória”, e não da memória como algo isolado e independente das constrições sociais: “a memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão, enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo” (BOSI, 2006, p. 54).

O sujeito age, percebe, pensa, fala, refaz, reconstrói e repensa, “com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho” (BOSI, 2006, p. 55). O trabalho de memória; trabalho de reconhecimento, do “sentimento do já visto” (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p. 292), de reconstrução e atualização dos quadros sociais nos quais as lembranças podem permanecer e articular-se entre si, é caracterizado por seu dinamismo: “o passado é permanentemente reconstruído e vivificado enquanto é ressignificado”.

De acordo com Michael Pollak (1989, p. 5) existe uma importante clivagem entre memória oficial e memória dominada, “que não remete forçosamente à oposição entre Estado dominador e sociedade civil. Encontramos com mais frequência esse problema nas relações entre grupos minoritários e sociedade englobante”. Para o autor, deve-se atentar aos conflitos e competições entre “memórias concorrentes” e investigar o trabalho subversivo daquelas “memórias subterrâneas, proibidas e clandestinas que jamais puderam se exprimir publicamente” (p. 5).

Contudo, a proposta de Pollack não pressupõe, o encontro “da” verdade legítima sobre o passado, do que seria uma versão última e única portadora da síntese das narrativas de todos os fatos e de todos os pontos de vista. Ao contrário, como Sá (2005, p. 68) indica, memória e pensamento social contemporâneo “estão intrinsecamente associados e são praticamente indistinguíveis”. Nas palavras de Schmidt e Mahfoud (1993, p. 293), “nem a memória coletiva nem a memória histórica podem, contudo, legitimamente, reivindicar para si, a verdade sobre o passado”. Nesse sentido, Ecléa Bosi (2004,

p. 15) chama a atenção para as consequências desses limites para a atividade da pesquisa científica.

A autora nos diz que a memória oral “é um instrumento precioso se desejamos constituir a crônica do cotidiano. Mas ela sempre corre o risco de cair numa ‘ideologização’ da história do cotidiano, como se esta fosse o avesso oculto da história política hegemônica”. Desse modo, a maior riqueza da memória oral consiste justamente em permitir a emergência das contradições, de pontos de vista distintos entre si. Assim, “não vá alguém pensar que as testemunhas orais sejam sempre mais ‘autênticas’ que a versão oficial. Muitas vezes são dominadas por um processo de estereotipia e se dobram à memória institucional” (BOSI, 2004, p. 17). Assim, é que a memória oral “também tem seus desvios, seus preconceitos, sua inautenticidade” (BOSI, 2004, p. 18).

Sá (2005, p. 76) compreende que Halbwachs caracterizou a memória como uma propriedade do grupo, o que lhe permitiu “explicar a formação, a manutenção e o eventual desaparecimento de memórias coletivas e pessoais”. O autor avalia ainda que, na atualidade, importantes transformações da sociedade como a ampliação do alcance dos meios de comunicação de massa e a substituição das relações face-a-face pela internet, deixam pouca margem à elaboração propriamente coletiva.

Nesse sentido, observam-se disputas políticas por esses espaços sociais virtuais, em que narrativas divergentes concorrem pela influência sobre a opinião e sobre o posicionamento social dos diferentes segmentos, em um cenário de crescente polarização. Machado e Miskolchi (2019) evidenciam os usos políticos da internet e das redes sociais, “num contexto de uso individualizado de dispositivos de conexão” (p. 970), cuja concentração “em poucas plataformas afetou as comunicações que antes eram mediadas pelas pessoas em diferentes contextos, unificando-as de forma a acentuar oposições binárias e a formação de consensos polarizados” (p. 970).

Ainda, de acordo com Sá (2005, p. 66) a dificuldade de “delimitação da instância grupal” requer a extensão da noção de grupo para além das fronteiras territoriais. Por isto, o termo memória coletiva, cunhado por Halbwachs, vem sendo substituído por “memória social”: “que dá conta dos quadros sociais que

condicionam a memória, sem situá-la obrigatoriamente em um dado grupo, cujos limites – geográficos e temporais, dentre outros – teriam que ser especificados, caso se adotasse a noção em sentido estrito” (SÁ, 2005, p. 76). Tendo em vista que os quadros sociais da memória (linguagem, escrita, calendários...) do grupo são, por definição, exteriores à própria memória, reafirma-se a importância do impacto dos meios de comunicação de massa, e das novas combinações decorrentes da globalização, que tem promovido o deslocamento das identidades culturais nacionais (HALL, 2006).

Nesse ínterim, a condição para o sujeito é a sua historicidade, sobre a qual não pode dispor livremente. Isto significa que o sujeito não é fundamento de si, e que não podemos compreender nossa condição de sujeito inteiramente a partir de nós mesmos. A historicidade constitutiva do sujeito é, por sua vez, o compartilhar de uma ordem simbólica, da articulação dos signos que institucionaliza regras, normas e valores constantemente reiterados, modificados e atualizados.

Segundo Pollack (1989, p. 9), a referência ao passado tem uma função: assegurar a coesão interna dos grupos e instituições que compõem a sociedade e “definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis”. Assim, a referência ao passado não é arbitrária. Existe um imperativo de justificação, o qual é constantemente ameaçado pela iminência do que pode vir à tona violentamente, quando grupos subjulgados reivindicam reconhecimento histórico. No Brasil, a Ditadura militar é um exemplo desses conflitos.

Ao longo de décadas, através das lutas e batalhas políticas e jurídicas dos movimentos sociais organizados, a produção de inúmeros registros, investigações e depoimentos dos sobreviventes, a denúncia, a busca por julgamento e condenação de torturadores, e a construção de museus e memoriais que denunciam e mantêm viva a lembrança das violências cometidas pelo Governo Militar.

No entanto, na contramão da democratização, temos visto a ampliação das ações de grupos conservadores de extrema direita, no sentido de minorar sistematicamente as ações do Governo e de seu aparato militar e policial

durante o período da Ditadura, utilizando de estratégias discursivas de desqualificação das vítimas. De modo articulado, enfatizam a associação desse período aos princípios positivistas de ordem social e progresso da nação, como um período idílico e saudoso. Esse processo não é novo na história:

Durante o golpe miliar no Brasil, em 1964, surgiram cartilhas onde a palavra Revolução era associada com figuras dramáticas, em branco e preto, no decorrer do texto, o significado de Revolução era transformado, através de core, em crianças loiras e saudáveis, empunhando uma bandeira brasileira, significando uma nova revolução...

Ditaduras “incorruptas”, veiculadas através dos meios de comunicação de massa, permitiram corrupções em todos os níveis, principalmente nos altos escalões do governo. Após os períodos ditatoriais, as eleições eram decididas por slogans como “Rouba, mas Faz...” E a corrupção passa a ser instituída como uma característica do político profissional (LANE, 2002, p. 59).

Assim, testemunhamos a clara instituição de dois polos em torno da memória da Ditadura militar no Brasil, que têm sido fomentados em espaços virtuais, terrenos férteis para binarismos e consensos polarizados como observado por Machado e Miskolchi (2019). Não obstante, a percepção dos riscos e das ameaças que envolvem a instituição de condições favoráveis para o retorno ao regime podem ser avaliadas em função de interesses legítimos de determinados grupos na supressão de direitos de outros grupos, mas, também, lamentavelmente, da falsa consciência induzida por esse estado de alienação social descrito por Baró (1989), em relação aos grupos cujas liberdades serão cerceadas.

Desse modo, os estudos da Psicologia Social crítica latino-americana evidenciam que as condições sociais constituem marcas da experiência a ser pensada na sociedade de classes, e a análise e compreensão da dimensão macrossociológica é condição para o entendimento da experiência vivida nos pequenos grupos e nas comunidades.

Uma leitura de Lane, Bosi e Martín-Baró

A concepção de sujeito expressa pelos autores reafirma a importância dos processos socializadores para a constituição subjetiva, em sua dimensão histórica, condição para a superação da natureza biológica e ‘individualista’, possibilitando ao sujeito em construção compartilhar da ordem simbólica e humanizadora. Nas palavras de Ecléa Bosi (2006, p. 407): “De uma vibração em uníssono com as ideias de um meio passamos a ter, por elaboração nossa, certos valores que derivaram naturalmente de uma *práxis* coletiva”.

Nesse sentido, a sociedade humana se desenvolve por meio do trabalho vivo, o qual produz bens e valores e, por conseguinte, a distribuição desigual e o acúmulo de capital. Não obstante a centralidade da atividade humana, do trabalho e das interações sociais para os processos de individuação, na sociedade de classes as relações sociais não podem ser dissociadas das relações de produção. Segundo Lane (1984, p. 82): “as relações de produção geram a estrutura da sociedade, inclusive as determinações socioculturais, que fazem a mediação entre o homem e o meio ambiente”.

Sendo assim, o trabalho não emancipador pode ser um empecilho para a realização da existência humana. Mediante relações de exploração, que alienam o sujeito das determinações concretas que o engendram em representações ideológicas constitutivas veiculadas pela linguagem, e que sustentam a “negação da interdependência entre si mesmo e o outro” (LANE, 1984, p. 86). Em contrapartida, o processo grupal configura um caminho para o reconhecimento ético do outro.

Para os autores, o processo grupal é uma tarefa simultaneamente individual e coletiva, ancorada na realidade objetiva, a partir das posições ocupadas pelos sujeitos nas relações objetivas de trabalho; uma estrutura de vínculos e ações interpessoais que concretizam exigências ou interesses objetivos (BOSI, 2006; LANE, 1984; MARTÍN-BARÓ, 1989). Segundo Baró (1989, p.207) o grupo é um lugar privilegiado onde o pessoal conflui com o

social e o social se individualiza. Cada grupo constitui “*la configuración histórica de algún aspecto de las exigencias o potencialidades humanas*”.

No processo grupal contradições podem emergir e ser superadas. No entanto, esse enfrentamento é impedido por meio de estratégias de delegação de poder, evitação e fuga de situações conflituosas. Cada história de vida encontra-se condensada no processo grupal: “presentifica-se pelas formas concretas através das quais ele age, se coloca, se posiciona, se aliena, se perde ou se recupera ao longo do processo” (LANE, 1984, p. 85).

Nas palavras de Ecléa Bosi (2006, p. 78): “Quantas relações humanas são pobres e banais porque deixamos que o outro se expresse de modo repetitivo e porque nos desviamos das áreas de atrito, dos pontos vitais, de tudo o que em nosso confronto pudesse causar o crescimento e a dor!”.

Dessa maneira, o grupo reproduz ideologia, tanto em suas ações quanto em sua forma de organização, pela consagração de versões oficiais dos acontecimentos, ou pelo silêncio e esquecimento (LANE, 1984; BOSI, 2006).

Conquanto a identidade envolva o pertencimento objetivo e a percepção subjetiva de pertença, a referência grupal pode ter um caráter normativo ou instrumental, constituindo uma carga da qual o sujeito deseja libertar-se, ou uma referência positiva para si. Bosi (2006, p. 414) evidencia que o grupo “é suporte da memória se nos identificamos com ele e fazemos nosso seu passado”.

O ato de lembrar é suportado por este “Estofa social da memória” (BOSI, 2006, p. 43) e pelos afetos. De acordo com Ecléa Bosi: “Por muito que deva à memória coletiva, é o indivíduo que recorda. Ele é o memorizador e das camadas do passado a que tem acesso pode reter objetos que são, para ele, e só para ele, significativos dentro de um tesouro comum” (BOSI, 2006, p. 411). Contudo, “a nitidez da memória não deve ser avaliada isoladamente, mas posta em relação com toda a experiência social do grupo” (BOSI, 2006, p. 65).

Pode-se, portanto, compreender que a identidade coletiva condiciona e transcende a identidade individual dos membros do grupo. E tanto mais clara será a identidade de um grupo quanto maior for sua vinculação aos interesses de uma classe social, e mais profundo seu enraizamento. Logo, a identificação e a consciência de pertença dos membros ao grupo não são aspectos *per si*, mas

dependem essencialmente do que o grupo representa perante outros grupos (BOSI, 2006; LANE, 1984; MARTÍN-BARÓ, 1989).

Considerações Finais

Ao longo desse trabalho destacou-se a participação nos processos grupais como lugares de resistência e produção identitária contra o assujeitamento, o apagamento da memória e a manipulação das subjetividades. No entanto, sabemos com Martín-Baró (1989) que há grupos com uma identidade contraditória, formados por membros de uma classe social que canalizam contra si mesmos os interesses das classes opostas. Sabemos também que esse fenômeno se acentua em sociedades profundamente desiguais, como o Brasil, onde determinados grupos detêm e controlam recursos que lhes outorgam maior prestígio e poder na atividade grupal e nas relações sociais com outros grupos, por meio de forças físicas e intelectuais como sinalizou Lane (2002).

Além disso, procuramos enfatizar a memória como pivô em torno do qual giram essas disputas: determinados grupos impõem seus pontos de vista no contexto mais amplo, objetivando a homogeneização dos valores e das práticas, de modo a condenar grupos sociais minoritários a uma dinâmica praticamente intragrupal. Nesse ínterim, a Psicologia Social crítica nos permite repensar os padrões de injustiça social no contexto sócio-histórico atual de crise institucional, política, social e de pandemia, compondo um projeto político de educação, resistência, democratização e desnaturalização de relações sociais desiguais.

Desse modo, nosso estudo sinaliza a importância da educação nos processos de desideologização, no enfrentamento à falsa consciência induzida por um estado de alienação social, como evidenciou Baró (1989). A educação, formal, informal e não-formal, com consciência de classe e clareza de propósitos, promotora de direitos e cidadania, é um instrumento potente para a ampliação dos recursos materiais, humanos e sociais dos grupos; para sua articulação no contexto social mais amplo, possibilitando o desenvolvimento de suas atividades e o alcance de seus objetivos; a satisfação das necessidades de

seus membros, e o reconhecimento humanizador de novas identidades no espaço social.

No vasto campo de produção da Psicologia Social, o presente trabalho focou apenas algumas pontos das profícuas contribuições teóricas de Sílvia Lane (1984; 2002), Ecléa Bosi (2004; 2006) e Martín-Baró (1989), autores relevantes para a consolidação de uma Psicologia Social crítica, Latino-Americana, eticamente orientada para a inclusão social e as lutas contra a exploração e a miséria social, e, portanto, há muito por se fazer.

REFERÊNCIAS

BOSI, E. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 13^a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BOSI, E. *O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social*. 2^a ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

CAMINO, L.; ISMAEL, E. O papel da Psicologia nos processos de exclusão social. In: GUERRA, A. M. C.; KIND, L.; AFONSO, M. L. M.; PRADO, M. A. M. (Orgs.). *Psicologia Social e Direitos Humanos*. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2003. p. 185-200.

CAMPOS, R. H. F.; GUEDES, M. C. Sílvia Tatiana Maurer Lane (1933-2006) e a ética do conhecimento. *Memorandum*, Belo Horizonte, Ribeirão Preto, v. 10, p. 158-161, 2006. Disponível em <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6741>. Acesso em: 01 ago. 2020.

CARBONARI, P. C. Sujeitos de direitos humanos: questões abertas e em construção. In: SILVEIRA, R. M. G. *et. al.* (Orgs.). *Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos*. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. p. 169-186.

CHAUÍ, M. Homenagem a Ecléa Bosi. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 19, n.1, p.5-24. jan./mar. 2008. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51772008000100003. Acesso em: 01 ago. 2020.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11^a. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

FERREIRA, S. L. *Identidade, participação e memória nas trajetórias coletivas de congadeiros de São João Del-Rei (MG)*. 2008, 218f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: 2008.

LIMA-FERREIRA, S.; MAHFOUD, M.; SILVA, M. V. Trajetórias coletivas de congadeiros. *Memorandum*, v. 20, p. 177-200, 18 abr. 2011. Disponível em <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6630>. Acesso em 01 ago. 2020.

LACERDA JR., F. (Org.). Colocando a Psicologia contra a ordem: introdução aos escritos de Ignacio Martín-Baró. In: _____ *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais*, Trad. Fernando Lacerda Jr., Petrópolis: Vozes, 2017, p. 7-21.

LANE, S. T. M. (1984). O processo grupal. In: LANE, S. T. M. Lane; CODO, W. (Org.). *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1984. p. 78-98.

LANE, S. T. M. A Psicologia Social na América Latina: por uma ética do conhecimento. In: CAMPOS, R. H. F.; GUARESCHI, P. A. (Org.). *Paradigmas em Psicologia Social: a perspectiva Latino-Americana*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 58-69.

MACHADO, J.; MISKOLCI, R. Das jornadas de junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 945-970, dez. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2238-38752019v9310>. Acesso em 01 ago. 2020.

MARTIN-BARÓ, I. *Sistema, Grupo y Poder*. San Salvador: UCA Ed., 1989.

MARTINS, K. O.; LACERDA JR, F. A contribuição de Martín-Baró para o estudo da violência: uma apresentação. *Revista Psicologia Política*, São Paulo, v. 14, n. 31, p. 569-589, dez. 2014. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2014000300010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 01. ago. 2020.

MARTINS, S. T. F. Processo grupal e a questão do poder em Martín-Baró. *Psicologia Social*, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 201-217, jan. 2003. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822003000100011>. Acesso em: 01 ago. 2020.

MARTINS, S. T. F. Psicologia social e processo grupal: a coerência entre *fazer, pensar e sentir* em Sílvia Lane. *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, v. 19, Edição Especial 2, p.76-80, 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822007000500022>. Acesso em: 01 ago. 2020.

OLIVEIRA, P. S. “Memória e Sociedade”: ciência poética e referência de humanismo. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 19, n.1, p.51-58, jan./mar. 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642008000100002>. Acesso em: 01 ago. 2020.

OLIVERA, R. B.; GUZZO, R. S. L. A vida e a obra de Ignacio Martín-Baró: o paradigma da libertação. In: Anais do XVIII Encontro de Iniciação Científica; Anais do III Encontro de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, PUC – Campinas, 2013, p. 1-7.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278> Acesso em: 01 ago. 2020.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática x revisão narrativa. *Acta Paulista de Enfermagem*, São Paulo, v. 2, n. 20, abr./jun. 2007. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/3070/307026613004.pdf> Acesso em 01 ago. 2020.

SÁ, C. P. (Org.). *Memória, Imaginário e Representações Sociais*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.

SCHMIDT, M. L. S.; MAHFOUD, M. Halbwachs: Memória Coletiva e Experiência. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 4, n. 1/2, p.285-298, 1993. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1678-51771993000100013&script=sci_arttext Acesso em 01 ago. 2020.

VIEIRA-SILVA, M. Por uma Psicologia Crítica e Emancipadora: homenagem a Sílvia Lane. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, São João del-Rei, v. 1, n. 1, p. 1-2., jun. 2006.

VIEIRA-SILVA, M. As implicações da afetividade e da identidade grupais nas estratégias de construção da cidadania. In: GUERRA, A. M. C.; KIND, L.; AFONSO, M. L. M.; PRADO, M. A. M. (Orgs.). *Psicologia Social e Direitos Humanos*. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2003. p. 201-208.